

Servidor terá mais mobilidade

MARIANA RAMOS E
ANDREA CORDEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

Areestruturação das carreiras dos servidores públicos é um dos próximos alvos do governo. No próximo ano, o ministério do Planejamento pretende fazer uma reforma no Estado com o aval dos sindicatos dos servidores. A proposta do secretário de Recursos Humanos do ministério, Luís Fernando Silva, é generalizar as carreiras para flexibilizar o aproveitamento da mão-de-obra já cursada pelo Estado.

Ele propõe que sejam criadas carreiras únicas de níveis básico, intermediário e superior nas mesmas áreas. Um exemplo: quem faz concurso para uma carreira simples da Previdência e começa tirando xerox poderia ocupar funções superiores depois que concluir a Universidade. Isso é o oposto do que fez o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, que especificava cada vez mais as carreiras.

"Queremos inverter a lógica do governo Fernando Henrique. As carreiras têm que ser as mais ge-

néricas possíveis para permitir o trânsito dentro dos órgãos públicos", analisa. Para o secretário, não há razão para que carreiras de serviço administrativo sejam divididas. "O pessoal do prédio ao lado faz a mesma coisa. Não tem sentido setorizar. Isso só engessa nossa disponibilidade de mão-de-obra", critica.

Na opinião de Silva, haveria uma reestruturação de carreira que poderia exigir vários níveis de escolaridades diferentes. Mas as pessoas só subiriam se preenchessem todos os quesitos de escolaridade e treinamento e houvessem vagas. "Sai mais barato para o Estado pegar alguém que já está acostumado com o serviço e conhece a rotina do que treinar outra pessoa. Isso acabaria também com os desvios de funções", justifica.

Seria como na carreira militar. "Lá a pessoa começa como recruta e pode ir até general e isso exige qualificação e formação profissional." Isso também valoriza e estimula o servidor. Outra idéia do secretário é criar um banco de talentos. Ele quer descobrir as afinidades dos servidores e colocá-los em áreas onde se

sintam mais satisfeitos. "Mas isso só pode ser feito depois da reestruturação das carreiras, que será no ano que vem", avisa. A portaria 45, que estabelecia o prazo de até amanhã para que os ministérios mandassem um novo plano de carreira para o funcionalismo foi reeditada hoje.

Salários

Além da reedição da portaria 45, amanhã o governo também vai publicar no Diário Oficial da União os salários de 21.663 funcionários públicos civis que, por decisões judiciais, ganham mais que o presidente da República: R\$ 8.797. Só no Executivo, 222 pessoas recebem acima de R\$ 17.170, teto que o governo propõe na reforma previdenciária. A lista exclui os servidores do Judiciário e do Ministério Público, que têm média sempre superior ao Executivo. O governo vem tentando cumprir o artigo 37 da Constituição, que prevê que ninguém pode ganhar mais que o presidente, mas o judiciário tem decidido contra. Os servidores têm conseguido facilmente reaver o abate-teto, valor que excede o salário presidencial.

Paulo de Araújo



SILVA, DO PLANEJAMENTO: "AS CARREIRAS PRECISAM SER MAIS GENÉRICAS"